



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 1ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CES/RS

1 No dia quatorze de dezembro de 2017, às 13h30min, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges
2 de Medeiros, 1501/9º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: 1º)
3 **Inscrições de Assuntos Geral; 2º) Atas e Expedientes; 3º) 1ª Conferência Nacional de**
4 **Vigilância de Saúde; 4º) Resoluções PAS 2016, 2017 e 2018; 5º) Resolução RAG 2016; 6º)**
5 **Ambulatório de Dermatologia Sanitária; 7º) Hospital Psiquiátrico São Pedro; 8º)**
6 **Planejamento CES/RS 2018; 9º) Relatório das Comissões; 10º) Assuntos Gerais; Titulares:**
7 Carlos Martins (FRACAB), José Helio (GAPA), João De Deus Pawlak (FRACAB), Itamar Santos
8 (FETAPERGS), Adão Zanadrea (FCD), Ana Maria Valls (AGAPAN), Lotário Schindwein (CGTB),
9 Sandra Leon (CRP), Mara Lucia Soiero (SINDSEPE), Leila Ghizzoni (EMATER), Karol Veiga
10 (FGSM), Ení Bahia (CNBB), Elizandra Ferronato (CRESS), Claudio Augustin (CUT), Fernando
11 Antonio De Mello (CREFITO), Denize Cruz (SERGS), Jairo Tessari (FED.STAS CASAS E HOSP
12 FILANTR), Alcides Pozzobon (AHRGS-FEHOSUL), Alfredo Gonçalves (CUT), Bruno Naundorf
13 (SES). **Suplentes:** Jaime Braz (CGTB), Melissa Dorneles (CRP), Rebel Machado (SES), Maria
14 Alice Lantmann (CRN), Bárbara Pires (FIERGS), Sandra Schmitt (MS), Rodrigo De Castro
15 (UFRGS). O presidente do CES, Claudio Augustin, inicia a plenária avisando que a mesma se trata
16 de uma plenária extraordinária, e também a última do ano, trazendo como pautas assuntos
17 pendentes do ano de 2017. Se inscrevem para os assuntos gerais Fernando De Mello (CREFITO),
18 José Helio (GAPA) e Karol Veiga (FGSM). Sobre as atas, Claudio informa que não há atas
19 concluídas, portanto as que ficarem prontas com o tempo serão enviadas para avaliação dos
20 conselheiros e aprovadas na próxima plenária, em 2018. Na pauta da 1ª Conferência Nacional de
21 Vigilância em Saúde, Claudio Augustin lembra que a mesma foi adiada de 27 de fevereiro para 14
22 de março, o motivo para o adiamento seria um questionamento na licitação, Claudio frisa que
23 deixaram a licitação para o último momento, sabendo dos problemas que isso causaria. O presidente
24 do CES sugere então que seja criada uma moção de repúdio ao não cumprimento das decisões em
25 tempo adequado para a realização da conferência. A ideia da moção é colocada em votação sendo
26 aprovada com apenas um voto contrário (MS). Sobre as Resoluções, Itamar Santos, FETAPERGS,
27 lê na plenária a resolução do PAS 2016, onde após leitura é aberto espaço para debate,
28 questionamentos etc. Karol Veiga, FGSM, frisa que a resposta de onde os recursos foram é o gestor,
29 e questiona onde ele está para responder isso. É colocado em votação a resolução do PAS 2016,
30 sendo aprovado pela maioria com apenas duas abstenções. Já o PAS 2017 é rejeitado, decisão
31 aprovada pela maioria com duas abstenções. E no PAS 2018, Claudio Augustin diz que a meta de
32 12% é desmentida pela proposta orçamentária, onde o próprio orçamento está abaixo dos 12%. É
33 aberta então a votação para aprovação do PAS 2018, onde o mesmo é aprovado pela maioria, mas
34 com dois votos contrários (SES). Na resolução do RAG 2016, Claudio Augustin diz que é inviável
35 votar após 4 meses de discussão sem os números fecharem, então o presidente sugere que seja feita
36 uma limpeza nos números, e após isso procurar uma conclusão de qual é o número verdadeiro. O
37 vice-presidente Itamar Santos, da Fetapergs, lê a resolução número 12 sobre a municipalização do
38 Ambulatório de Dermatologia Sanitária sobre os tratamentos de IST, HIV, AIDS e hanseníase. Os
39 conselheiros: Zé Hélio, (Gapa), Lotário Schilindwein (CGTB) e Denize Cruz (SERGS) fazem
40 sugestões de alterações na ata. João de Deus, (Fracab) diz que a municipalização é uma ação que
41 acontecerá. Ele questiona o porquê da Secretária da Saúde estar fazendo isto, fugindo de uma de
42 suas funções. “Nós temos que pensar que no momento que ela abre mão, também está abrindo para
43 outros municípios do Rio Grande do Sul, é um efeito cascata”, diz ele. O presidente Claudio
44 Augustin, CUT-RS, diz que houve um sucateamento na Dermato, fazendo assim com que tenha

45 menos servidores do que necessário para atender a demanda. “Se eu municipalizar, o restante do
46 Estado será eliminado no processo, hoje já estão atendendo Porto Alegre além do pactual”, diz o
47 Presidente. Claudio Augustin, CUT-RS, diz que quando a representação da Secretaria da Saúde veio
48 apresentar para a mesa, ficou claro que poderia ser um caso parecido com Ambulatório de
49 Especialidades Murialdo. “Houve um processo de revisão de recursos paro Murialdo, os servidores
50 fizeram greve para garantir melhores condições de trabalho que não havia nem esparadrapo”,
51 revela. O presidente diz que a cada dia tem mais servidor municipalizado sendo devolvido por Porto
52 Alegre. Ele diz que, por isto, é necessário que se posicione contra esta municipalização. Ana Valls,
53 Agapan, diz que o que a resolução deve apontar não é contrariedade, é repúdio. Ela também indica
54 uma sugestão de troca de “repúdio a municipalização” para “repúdio a proposta de
55 municipalização”. Na opinião da conselheira, do jeito que foi escrito da primeira forma parece que
56 já se aceitou a proposta como fato concreto e realizado. Rebel Machado, da SES, diz que o não é
57 que o Estado está abrindo mão dessa referência estadual, mas de que ela sai dali e vai para outro
58 lugar. “É simplesmente ali a questão do prédio”, diz ela. Ana Valls, Agapan, relê as justificativas da
59 minuta do objetivo do contrato para a municipalização para esclarecer a questão levantada
60 anteriormente pela representante da secretaria. O presidente põe em votação a proposta de
61 resolução. Ela é aprovada com apenas uma abstenção. A pauta agora é a contratualização dos leitos
62 no Hospital Psiquiátrico São Pedro. O vice-presidente esclarece sobre o termo de cooperação que
63 foi acordado entre o Hospital São Pedro e o município de Porto Alegre. O Presidente, Claudio
64 Augustin, diz que é ilegal fazer esta contratação. “Nem a lei federal, nem a estadual permite porque
65 estamos tratando de serviço público”, diz ele. Karol Veiga, FGSM, diz que concorda com o
66 presidente, porém, que justamente no dia 14 de dezembro a Comissão Intergestora Tripartite se
67 reuniu e deu mais uma etapa de golpe, e ela teme que se argumento da legalidade pode ficar frágil
68 perante esta ação da CIT. João de Deus, Fracab, pede que o jurídico se posicione perante a
69 ilegalidade. O vice-presidente lê a análise do termo de cooperação do Hospital São Pedro. O
70 Presidente diz que ainda há duas pautas: a moção de apoio a posição do Conselho Nacional de
71 Saúde sobre a não-efetivação do ensino à distância na área da saúde e a renovação do termo de
72 cooperação técnico entre o Estado, Município de Porto Alegre e Município de Santa Maria com
73 relação à boate Kiss. O presidente põe em votação as duas moções. A pauta agora é o planejamento
74 de 2018. O presidente sugere que dado o esvaziamento da plenário, então, que se apresenta, no
75 mínimo, o calendário. “Começa depois do carnaval, de 15 em 15 dias e vai até 13 de Dezembro”,
76 explica o presidente. Proposta foi aprovada por unanimidade. A pauta agora é relato de comissões.
77 Alfredo Gonçalves, CUT-RS, diz que a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador aprovou o
78 calendário de reuniões para o ano de 2018. Sandra Leon, CRP, comenta sobre o início de
79 movimento do projeto de educação permanente no Estado. Ele contou com o apoio do Conselho
80 Nacional de Saúde, Conselho Estadual de Saúde e execução do Centro de Educação e
81 Assessoramento Popular. Melissa Dornelles, da Comissão de Saúde Mental, comenta sobre o evento
82 de novembro que envolveu o tema ‘Saúde Mental no Sistema Prisional’ no Conselho Regional de
83 Psicologia. Zé Hélio, Gapa, da Comissão de IST, HIV, AIDS e Tuberculose, fala sobre as reuniões
84 no dia 22 de janeiro que vai tratar sobre a nova proposta de tratamento, pré-exposição e a
85 cooperação interfederativa. Ana Valls, Agapan-RS, diz que a Comissão de Fiscalização continuará
86 se reunindo todas terças-feiras às 14h. Károl Veiga, FGSM, lê uma moção de repúdio do Fórum
87 Gaúcho de Saúde Mental sobre a última ação da CIT. O Presidente Claudio Augustin questiona se é
88 apenas para conhecimento. Károl repete que a moção é da FGSM, mas convida o Conselho
89 Estadual de Saúde a se juntar na assinatura da moção, caso ache correto. Sandra Leon, CRP, sugere
90 que não só o Conselho Estadual de Saúde assine junto, como acate a moção de repúdio e transforme
91 em uma moção do próprio Conselho, capaz de repercutir nos municípios. O Presidente sugere
92 divulgar esta moção e, na plenária de fevereiro, o Conselho faz uma resolução desautorizando o
93 Estado do Rio Grande do Sul a praticar esta política. Os conselheiros entram em acordo. Nada mais
94 havendo a tratar, o Presidente Claudio Augustin declarou por encerrada a plenária.

Claudio Augustin
Presidente do CES/RS

Fabiana Andressa
Coordenadora do CES/RS

Lotário Schlindwein
Coordenador do CES/RS

Jairo Francisco Tessari
Coordenador do CES/RS

Itamar Silva Santos
Vice Presidente do CES/RS

Denise Cruz
Coordenadora do CES/RS

Camila Jacques
Coordenadora do CES/RS

Aglaé Regina da Silva
Coordenadora do CES/RS